> Os espaços público, privado e doméstico: algumas contribuições e problematizações dos estudos feministas a partir dos anos 1960

> The public, private and domestic spaces: some contributions and problematizations of feminist studies from the 1960s

por **Vanessa Lúcia de Assis Rebesco**

Doutoranda em Artes Visuais na linha de pesquisa História, teoria e crítica do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com bolsa FAPESP. E-mail: vanessarebesco@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-8352-9019.

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as complexas e flutuantes definições sobre os espaços público e privado a partir dos anos 1960, focando especialmente nas críticas elaboradas pelas feministas, para destacar as importantes contribuições dessas teóricas tanto para o alargamento conceitual desses dois espaços quanto para a problematização da esfera doméstica. Dos anos 1960 em diante, as feministas mostram que as tradicionais e históricas polarizações dos espaços sociais legitimam estruturas e práticas de dominação masculina, assim, ficam mais evidentes as relações de poder, presentes nessas esferas. Nesse sentido, focaremos no potencial crítico desses estudos e na importância da compreensão das dinâmicas opressivas referentes às vivências domésticas das mulheres — considerando a pluralidade de classes e raças que constituem essa categoria.

Palavras-chave: Espaços público/privado. Espaço doméstico. Estudos feministas.

Abstract

The objective of this article is to discuss the complex and fluctuating definitions of public and private spaces since the 1960s, focusing especially on the criticisms drawn up by feminists, to highlight the important contributions of these theorists both to the conceptual expansion of these two spaces and to the problematization of the domestic sphere. From the 1960s onwards, feminists show that the traditional and historical polarizations of social spaces legitimize structures and practices of male domination, thus, the power relations, present in these spheres, become more evident. In this sense, we will focus on the critical potential of these studies and in the importance of understanding the oppressive dynamics related to women's domestic experiences — considering the plurality of classes and races.

Keywords: Public / private spaces. Domestic space. Feminist studies.

> Artigo recebido em 21.06.2020 e aceito em 03.09.2020.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir as complexas e flutuantes definições sobre os espaços público e privado a partir dos anos 1960, focando especialmente nas críticas elaboradas pelas feministas, para destacar as importantes contribuições das teóricas tanto para o alargamento conceitual desses dois espaços quanto para a problematização da esfera doméstica. Para isso, inicialmente, traremos alguns pontos importantes dos estudos dos filósofos Jürgen Habermas e Hannah Arendt que irão colaborar com as nossas investigações. Ambos os filósofos realizaram debates extremamente densos sobre essa temática, relacionando-a com aspectos filosóficos, históricos e sociais. Como veremos, a discussão de Habermas e Arendt é importante para nós, tendo em vista que a relação entre público e privado aparece na origem do pensamento e da cultura ocidentais, e esses autores fazem considerações sobre os principais aspectos desde a Grécia antiga até a era moderna. Como nosso objetivo não é contar a história desses espaços, partiremos dos trabalhos dos dois filósofos (sem analisar seus estudos exaustivamente), trazendo as principais modificações desses conceitos, até chegarmos aos anos 1960.

Escolhemos concentrar nossa investigação a partir dos anos 1960, pois, a partir dessa década, as feministas intensificam suas críticas à dicotomia público e privado e as relações de poder presentes nessas esferas ficam mais evidentes, principalmente aquelas que permaneciam ocultas. Ademais, dos anos 1960 em diante, as feministas mostram que as tradicionais e históricas polarizações dos espaços sociais legitimam estruturas e práticas de dominação masculina. Assim, focaremos no potencial crítico da dicotomia público/privado e na importância da

compreensão das dinâmicas opressivas referentes às vivências domésticas das mulheres — considerando a pluralidade de classes e raças que constituem essa categoria. Desse modo, desenvolveremos uma compreensão alargada desses espaços, ancorada em uma abordagem interseccional.

2. O privado, o público e o doméstico: de Habermas e Arendt aos estudos feministas

O espaço público e o espaço privado são conceitos discutidos por áreas do conhecimento que vão da filosofia política à economia e ao feminismo, transitando ainda pela sociologia e pela história. Todas essas áreas têm se preocupado em aprofundar o debate sobre os frágeis limites que separariam essas esferas e os resultados de seus intentos nem sempre entram em consenso. Dentro da tradição da economia liberal, o público está relacionado ao político e o privado a tudo aquilo que é de interesse individual e não coletivo. Por outro lado, às vezes outros campos do saber demarcam a oposição do político, da sociedade civil e do mercado *versus* a família, o espaço doméstico, a intimidade. Há definições que consideram ainda o privado como expressão do Eu, opondo-se à ordem pública da interação. Esse debate existe há muitos anos e foi sempre acalorado. Nele há encontros e tensões, interpretações que se assemelham ou que são fundamentadas em variadas perspectivas.¹

Para Habermas, na Grécia antiga havia uma divisão clara entre o espaço público e o privado. O *reino da liberdade* estava na esfera pública, já a privada era

¹ Sofia Aboim, “Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna”, 2012.

a esfera da necessidade e dos acontecimentos que deveriam manter-se em oculto.² Do mesmo modo, Arendt afirma em seu livro *A condição humana* que, para os filósofos gregos, a liberdade encontrava-se apenas na esfera política. Foi a partir da esfera da casa que surgiram a Cidade-Estado e a esfera pública. Para desfrutar desta liberdade pública, o homem deveria ser dono de sua própria casa, o que lhe garantia um lugar no mundo; caso contrário, não poderia participar dos negócios.³

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências... O fato de que a manutenção individual fosse tarefa do homem e que a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas essas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. A esfera da *pólis*, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *pólis*.⁴

Tendo em vista que a liberdade existia somente na esfera pública, Arendt afirma que a necessidade, relativa aos processos vitais dos seres humanos, era considerada um fenômeno pré-político (pois o político mesmo só ocorria no espaço público), típico do espaço da casa. Assim, os homens justificavam o uso de força e violência no lar, pois, para eles, eram as únicas formas de vencerem a necessidade, era isso o que faziam subjugando os escravos. Nessa conjuntura, ser livre significava tornar-se isento das necessidades da existência, e isso só era possível colocando outras pessoas (mulheres e/ou escravos) na realização dessas necessidades. Além disso, na *pólis* os homens eram considerados como iguais,

² Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, 2003.

³ Hannah Arendt, *A condição humana*, 2007.

⁴ *Ibidem*, p. 39-40.

viviam entre pares e relacionavam-se apenas entre eles, enquanto no lar o que imperava era a desigualdade.^{5 6}

Durante a Idade Média, diferentemente, o espaço público não fazia oposição ao privado. Contudo, o particular estava separado do que era considerado comum. Existiam os elementos que podiam ser utilizados em locais públicos e, em contraposição, havia o espaço privado, aquilo que estava separado do uso comum e restrito ao lar.⁷ A grande distinção que podemos observar entre a Idade Média e a Grécia antiga é que, na Grécia antiga, o público e o privado opunham-se, estavam polarizados, ainda que houvesse uma ligação entre eles; por outro lado, na Idade Média havia uma dificuldade em diferenciar essas duas esferas, visto que uma estava presente na outra.⁸

Para Arendt, ainda existia na Idade Média, de alguma forma, uma separação entre o espaço público e o privado; apesar disso, essa divisão passou a ser pouco importante e mudou de localização.⁹ “A esfera secular sob o feudalismo era, de fato, em sua inteireza, aquilo que a esfera pública havia sido na antiguidade. Sua principal característica foi a absorção de todas as atividades para a esfera do lar e a própria existência de uma esfera pública”¹⁰. O chefe de família, na Grécia antiga, exercia domínio sobre as mulheres e os escravos sem

⁵ Cabe transcrever o trecho em que Hannah Arendt esclarece o que seria igualdade e desigualdade naquele contexto: “A igualdade, portanto, longe de ser relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade: ser livre significa ser isento da desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se em uma esfera onde não existiam governo nem governados”. *Ibidem*, p. 41.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Jürgen Habermas, *Op. Cit.*, 2003.

⁸ *Ibidem*.

⁹ Hannah Arendt, *Op. Cit.*, 2007.

¹⁰ *Ibidem*, p. 43.

ter conhecimento a respeito de leis e da justiça fora do espaço público, já o senhor feudal administrava a justiça dentro dos limites do próprio domínio. Desse modo, tanto a assimilação das atividades dentro de casa quanto a modificação nas relações humanas segundo moldes familiares, causaram uma reorganização profissional nas cidades e nas primeiras companhias comerciais. Nesse contexto, era necessário ter coragem para sair do seio familiar e arriscar-se numa vida de negócios da cidade, assim, a coragem passa a ser considerada uma virtude política.¹¹

Tanto na Grécia Antiga quanto na Idade Média, todas as atividades¹² que servissem para garantir o sustento e a alimentação dos indivíduos, assim como a produção de roupas e de objetos da casa não eram dignas de entrar na esfera pública. Entretanto, quando a produção capitalista substitui o antigo modo de produzir, a sociedade civil burguesa passa a ser constituída, e as atividades até então confinadas no âmbito da economia privada são transferidas para a esfera pública. Nesse contexto de mudanças, a imprensa desenvolve-se e torna-se uma aliada do comércio. Este, por sua vez, passa a ter um caráter mais público e os que eram obrigados a escrever desenvolvem suas próprias ideias, formando a chamada opinião pública. A sociedade civil começa a ocupar esse espaço também, além de utilizá-lo para pressionar o Estado.¹³ Ademais, o fato de uma atividade ser realizada no espaço privado ou no público tem um valor simbólico grande: tanto os espaços são definidos pelas atividades realizadas neles, quanto a própria essência do labor modifica-se através das diferentes esferas. Ou seja, é

¹¹ *Ibidem*, p. 45.

¹² Hannah Arendt afirma que essas atividades eram braçais e para que o indivíduo as realizasse precisava ter saúde e força corporal. *Ibidem*.

¹³ Jürgen Habermas, *Op. Cit.*, 2003.

como se o trabalho que outrora estava privado da vida pública, fosse promovido ao espaço público. Esse fato alterou a sociedade em poucos séculos.¹⁴

A Modernidade tornou a polarizar as esferas pública e privada, com a diferença que, nesse momento, o espaço público passa por uma enorme ampliação. Nesse sentido, durante a segunda metade do século XVI, palavras relativas às duas esferas começam a aparecer:

Em alemão só após a metade do século XVI é que também se encontra, então, a palavra *privat* (privado) emprestada do latim *privatus*, e isso no sentido que, naquela época, também assumiram em inglês *private* e em francês *privé*... *Privat* significa estar excluído, privado do aparelho do Estado, pois “público” refere-se entrementes ao Estado formado com o Absolutismo e que se objetiva perante a pessoa do soberano. *Das Publikum, the public, le public* é, em antítese ao “sistema privado”, o “poder público”. Os servidores do Estado são *öffentliche personen, public persons, personnes publiques*; ocupam uma função pública, suas atividades são públicas (*public Office, service public*) e são chamados “públicos” os prédios e estabelecimentos da autoridade. Do outro lado, há pessoas privadas, cargos privados, negócios privados e casas privadas.¹⁵

Na Idade Média, quem tinha poder era considerado uma autoridade e, desse modo, a personalidade pública era a própria representatividade pública. Já na era moderna, esse papel é exercido por aquele que serve ao Estado. Desse modo, a esfera pública começa a ser expandida. O público passa a significar o mesmo que estatal e, ainda, a referir-se a atividade normatizada, de um dispositivo provido do controle do uso considerado legítimo da força. O que antes era predomínio do senhor torna-se *polícia*.¹⁶

¹⁴ Hannah Arendt, *Op. Cit.*, 2007.

¹⁵ Jürgen Habermas, *Op. Cit.*, 2003, p. 24.

¹⁶ *Ibidem*.

Essa definição dicotômica do espaço público e privado, que aparece fortemente no século XIX, mantém a ideia de uma distinção *natural* entre os sexos e isso ocorre, principalmente, através da divisão sexual do trabalho. Por isso, já no século XIX, as mulheres buscavam acesso ao ambiente público através da luta por igualdade de direitos, acesso à educação, e direito ao voto. Desse modo, o que antes era escondido do público dentro do espaço da casa — como as questões ligadas ao corpo, às necessidades vitais da vida humana e às mulheres e escravos por serem propriedade de outra pessoa e pelo tipo de atividade que realizavam — na era moderna sai do âmbito doméstico. Nessa conjuntura, pelo fato de as funções do corpo e os interesses materiais não serem mais ocultados na casa, passou a ser possível que os operários e as mulheres iniciassem um processo de emancipação.¹⁷

Para Arendt, na era moderna a vida pública tornou-se espaço de privação da liberdade, o que levou os indivíduos a conceberem a privacidade no sentido de intimidade, em oposição à vida social.¹⁸ “O fato histórico decisivo: é que a privacidade moderna, em sua função mais relevante — proteger aquilo que é íntimo — foi descoberta não como oposta da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e autênticos”¹⁹. Com o passar do tempo, o privado torna-se a esfera da intimidade — do doméstico e do íntimo — e, na modernidade, com o individualismo cada vez mais acentuado, perde seu sentido de privação. Já o público desmembra-se no social e no político. Na

¹⁷ Hannah Arendt, *Op. Cit.*, 2007.

¹⁸ “A ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional”. *Ibidem*, p. 37.

¹⁹ *Ibidem*, p. 48.

perspectiva da pensadora, é o social que vai se opor ao privado (espaço da intimidade), e sua materialização ocorrerá quando essa esfera se desdobrar no público.²⁰ Nesse mesmo contexto, a privação das relações com os demais humanos transformou-se num *fenômeno de massa da solidão*. Na visão de Arendt, a sociedade de massa não apenas destrói a esfera pública (impedindo a pluralidade de opiniões no espaço público), mas também a privada, ao despojar o homem do seu lugar no mundo, do seu lar de refúgio.²¹

O filósofo Norberto Bobbio, em seu livro *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*, escreve que o processo de publicizar o privado e privatizar o público jamais foi concluído plenamente; “o poder invisível resiste aos avanços do poder visível, inventa modos sempre novos de se esconder e de ver sem ser visto”²². Para ele, esses espaços formam uma dicotomia que existe há muitos anos e possuem fronteiras confusas e mutáveis.²³ Tais espaços existem um em relação ao outro e estão em uma construção permanente. Bobbio converge com Arendt e Habermas ao concluir que, na esfera pública, projetam-se elementos do espaço privado e os serviços que conservam o espaço privado estabelecem, de alguma forma, as características do espaço público. Tratando-se dos limites entre essas esferas, não existe algo definitivo, mas sim condições variáveis para que as demarcações estejam sempre em movimento. Por isso, para estudarmos o espaço privado, necessariamente precisamos estudar o público, pois um só tem sentido em relação ao outro.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*, p. 68.

²² Norberto Bobbio, *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*, 1986, p. 30-31.

²³ *Ibidem*.

Para Arendt e Habermas, a esfera pública difere-se do Estado e do mercado, sendo fundamental para elaborar uma comunidade ativa de cidadãos que possam sustentar uma sociedade democrática; além disso, nessa segunda acepção, o espaço da *polis* seria o local onde a igualdade se estabelece e o privado limita-se ao doméstico (espaço de relações *naturais* de desigualdade).²⁴ De modo distinto, a diferença entre esses espaços para “autores como Ariès, Shorter, Jacobs, Elias ou Sennett, emerge da definição de público não apenas como político, mas como espaço de sociabilidade oposto à clausura do doméstico e da família”²⁵. Já os feminismos, desde seu florescimento na Inglaterra²⁶ ligaram o privado à família e o público à política e à economia na busca por evidenciar como a construção moderna dicotômica entre esses dois espaços ocorreu. Tal estruturação resultou em vivências muito diferentes para homens e mulheres, o que significou, em grande parte, a exclusão das mulheres do espaço público. As feministas passaram a denunciar, além da exclusão, as formas de opressão existentes em ambos os espaços.²⁷

Ainda sobre a construção moderna da dicotomia público-privado é possível observar que com a ascensão da modernidade, através do capitalismo e do crescimento das cidades industriais, houve um forte atrelamento do homem à vida pública e da mulher à vida privada. O século XIX teve um papel definidor

²⁴ Hannah Arendt, *Op. Cit.*, 2007; Jürgen Habermas, *Op. Cit.*, 2003.

²⁵ Sofia Aboim, *Op. Cit.*, 2012, p. 96.

²⁶ “Foi Mary Wollstonecraft quem publicou o primeiro tratado feminista, intitulado “A Vindication of the Rights of Woman”, em 1792. Advogava princípios de igualdade moral e social entre os sexos. Na verdade, essa primeira vaga de feminismo iniciada ainda no século XVIII terminaria apenas em 1920, quando, nos EUA, a Constituição passa a garantir às mulheres o direito de voto”. Sofia Aboim, “Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna”, *Ibidem*, p. 97.

²⁷ *Ibidem*.

neste aspecto, pois o modelo de família burguesa que impera nesse período se estrutura a partir dessa dicotomia espacial: “as mulheres, bem como outras categorias sociais, foram durante muito tempo excluídas da participação ativa no mundo do político e da governação, da cidadania e mesmo das sociabilidades tradicionais associadas ao exercício da masculinidade”²⁸. Essa configuração social já sofreu inúmeras transformações e ainda vem modificando-se por conta, especialmente, dos direitos alcançados pelas reivindicações dos movimentos feministas. Os movimentos sociais são historicamente relacionados às modificações que ocorrem na esfera pública. Assim, ampliam-se o espaço público e os direitos das pessoas até então excluídas.²⁹

Como pudemos observar, a dicotomia formulada pelos gregos entre os espaços público e privado foi grandemente ampliada na era moderna, que passou a diferenciar também o social do político, como mostramos através do pensamento de Hannah Arendt e Habermas. É possível perceber também que o liberalismo está conectado à era moderna, pois, além de impor limites claros à intervenção do Estado na vida privada, afasta o poder público do Estado das relações privadas da sociedade civil. Essa definição realizada pelo liberalismo foi bastante criticada pelas feministas. A filósofa feminista Carole Pateman afirma que liberalismo considerou a sociedade civil como um campo privado oposto ao público e, com isso, o espaço doméstico caiu no esquecimento teórico. A divisão entre essas duas esferas tornou-se expressa não apenas pela polarização entre

²⁸ *Ibidem*, p. 113.

²⁹ *Ibidem*

público e privado, como também pela dualidade entre termos similares como, por exemplo, sociedade e Estado, liberdade e coerção, social e político.³⁰

A dicotomia entre o público e privado sustentada pela tradição do pensamento político ocidental, teve como consequência direta, de acordo com Seyla Benhabib, o confinamento das mulheres aos ambientes e aos serviços que historicamente foram destinados a elas (trabalho doméstico, reprodução e a criação dos filhos).³¹ Essa organização social dificulta muito a presença das mulheres no debate público ao passo que oculta a dominação masculina. Disto decorre ainda o não reconhecimento público do trabalho doméstico, na maioria das vezes considerado inferior e socialmente desvalorizado.³²

A partir dos anos 1960, no movimento feminista da chamada segunda onda, as mulheres passam a se reconhecer como coletividade, fundamentadas na identificação das inúmeras semelhanças que as uniam e que superavam suas diferenças. Nesse momento, a categoria *Mulher* passa a ser grandemente utilizada, sublinhando duas de suas principais dimensões: a primeira focando nos aspectos biológicos e, a segunda, nos pontos das construções sociais. Mesmo que uma ênfase na biologia pudesse aproximar o debate de um essencialismo, tendo em vista que o corpo feminino foi considerado um elemento necessário para a opressão patriarcal — independentemente do tempo ou da cultura em que esse corpo estivesse inserido — o conceito de opressão se ampliou. As feministas desse contexto questionavam o pensamento de esquerda (influenciado pelo

³⁰ Carole Pateman, *The Sexual Contract*, 1988, p. 121-128.

³¹ Seyla Benhabib. *El Ser y el Otro en la ética contemporânea: feminismo, comunitarismo y postmodernismo*, 2006.

³² *Ibidem*.

marxismo) mostrando que era possível sofrer opressão mesmo pertencendo a uma classe social denominada opressora, como ocorria com as mulheres brancas de classe média. Para as feministas, todas as mulheres eram oprimidas, ainda que em graus diferentes.³³

As questões que o movimento de liberação das mulheres definiam como políticas não podiam, muitas vezes, ser enquadradas nas instituições tradicionalmente coercitivas tais como o Capitalismo ou o Estado. Isto é interessante porque, ao definir o político de tal maneira que acomodasse as novas concepções de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder, independente de estar ou não relacionada com a esfera pública.³⁴

Isto significou detectar as opressões sofridas pelas mulheres nos espaços em que elas estavam, pois era pelo gênero que elas sofriam opressão independentemente do lugar. Assim, o dia a dia, o espaço da casa, o cotidiano das mulheres tornou-se palco deste mapeamento. A conhecida ideia das feministas de que *o pessoal é político*, criada nos grupos de conscientização feminista, nos Estados Unidos no final dos anos 1960, surgiu a partir desses entraves. Tal ideia evidenciou que na vida privada, nas relações que até então mantinham-se ocultas de uma discussão mais ampla, a dominação masculina era completamente naturalizada e nada discutida. “Esses relacionamentos eram, sobretudo, políticos, na medida em que político é essencialmente definido como poder”³⁵. Essa percepção das feministas foi fundamental para o avanço de suas práticas

³³ Adriana, Piscitelli, *Re-criando a (categoria) mulher?*, 2001.

³⁴ *Ibidem*, p. 5.

³⁵ *Ibidem*, p. 5.

políticas e teóricas, pois passaram a atuar tanto no espaço privado quanto no público, já que toda relação entre homem e mulher é política.³⁶

A expressão *o pessoal é político* foi utilizada pela primeira vez no texto de Carol Hanisch, escrito em fevereiro de 1969 e cujo título “veio da parte de Shulamith Firestone e Anne Koedt (1970), organizadoras da coletânea “Notes from the Second Year: Women’s Liberation”, na qual o artigo foi originalmente publicado”.³⁷ Esse texto foi destinado ao *Southern Conference Educational Fund (SCEF)*, em resposta a uma colega de lá que questionava se o *Women’s Liberation Movement* tinha realmente um cunho político e não terapêutico.³⁸ Por isso, Hanisch em seu texto esclarece:

A própria palavra terapia é obviamente um mau uso do termo se levado à sua conclusão lógica. Deste modo, o motivo para eu participar dessas reuniões não é para resolver qualquer problema pessoal. Uma das primeiras coisas que descobrimos nesses grupos é que os problemas pessoais são problemas políticos. Não há soluções pessoais desta vez. Só há ação coletiva para uma solução coletiva.³⁹

Nesse momento, Carol Hanisch deixa claro seu descontentamento ao nomearem as reuniões das mulheres como terapia, pois já havia sido identificado o aspecto político de suas discussões.⁴⁰ As feministas começam então a questionar o pensamento político ocidental ao recusarem um campo político separado da esfera privada.⁴¹ A família, nesse contexto, ganha um papel central nas análises das feministas e, ainda na contemporaneidade, o feminismo

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Cecília Sardenberg, *O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres*, 2018, p. 17.

³⁸ *Ibidem* p. 17.

³⁹ Carol Hanisch, *O pessoal é político*, 1969, p. 1.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 1.

⁴¹ Cecília Sardenberg, *Op. Cit.*, 2018.

continua apontando o fato de as teorias políticas sustentarem que a família e a vida pessoal são completamente separadas do resto da vida social ao ponto de desconsiderá-la.⁴²

A polarização entre o público e o privado ganhou lugar de destaque dentro das discussões acadêmicas feministas ocidentais a partir desse período. Carole Pateman, já citada anteriormente, é uma importante teórica que mostra como o patriarcado opera nessas duas esferas. Colocar a esfera pública como antagônica a privada, evidentemente, mina possíveis ligações entre ambas; por outro lado, faz com que seus significados existam um em relação ao outro. Ademais, sustentar tal polarização é o mesmo que naturalizar diferenças sexuais, isto é, diferenças políticas, na medida em que o espaço privado torna-se desconectado do público e, por consequência, irrelevante politicamente. Na mesma perspectiva, Sylvia Walby afirma que o sistema patriarcal transita entre o público e o privado e opera em todos os setores sociais passando por educação, cultura, religião, mídia, divisão sexual do trabalho, Estado, violência doméstica e sexualidade.⁴³ O pensamento das autoras mencionadas nos ajuda a compreender que existem práticas de dominação masculina em ambos os espaços e que elas estão conectadas, não separadas. Tanto Walby quanto Pateman⁴⁴ são teóricas que apontam uma ligação entre público e privado, e com estruturas de poder que operam em ambos os espaços dificultando a liberdade e a atuação na política por parte das mulheres.

⁴² Susan Moller Okin, *Gênero, o público e o privado*, 2008.

⁴³ Sylvia Walby, *Theorizing Patriarchy*, 1990.

⁴⁴ Carole Pateman, *Op. Cit.*, 1988, p. 121-128.

Outros aspectos fundamentais dentro da discussão sobre público e privado foram levantados pelas feministas negras, a partir da década de 1990. Assim, elas elaboram uma nova categoria de análise, a interseccional, pois as ferramentas teóricas desenvolvidas pelas feministas até então não abarcavam as múltiplas vivências e opressões das diversas mulheres que não são brancas. Quem elabora essa nova categoria de análise é Kimberle Crenshaw (1989)⁴⁵ e, tanto para ela quanto para bell hooks (1989)⁴⁶ e Patricia Hill Collins (1998)⁴⁷, fica claro que o feminismo acadêmico, até aquele momento, desconsiderava um fato fundamental: ele estava focado apenas num grupo de mulheres privilegiadas, esquecendo-se das que não faziam parte desse padrão. As feministas acadêmicas tinham um discurso supostamente universalista, mas que falava somente a partir da perspectiva de mulheres brancas de classe média. Desse modo, as opressões vivenciadas pelas mulheres negras tinham sido negligenciadas. Do mesmo modo, no que se refere à crítica feita à dicotomia público e privado, as feministas negras apontam para o fato de que ela se baseou apenas nas experiências das mulheres brancas, enfocando suas análises no patriarcado, na sexualidade e na ideologia que permeia essas esferas, sem considerar a questão racial.⁴⁸

As feministas negras afirmam que não é possível desconstruir a polarização dessas esferas considerando apenas a vivência de mulheres brancas. É preciso compreender quais são as formas de dominação das mulheres negras, pois dentro do próprio grupo de oprimidos, existem sujeitos mais privilegiados.

⁴⁵ Kimberle Crenshaw, "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", 1989.

⁴⁶ Bell Hooks, *Talking Back: Thinking feminism, Thinking black*, 1989.

⁴⁷ Patricia Hill Collins, *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*, 1990.

⁴⁸ Kimberle Crenshaw, *Op. Cit.*, 1989.

Assim, quando esse fato é desconsiderado, há a manutenção de diversos graus de opressão. Ao utilizar a categoria da interseccionalidade compreendemos o resultado da relação entre duas ou mais maneiras de subordinação. Patricia Hill Collins colabora com esse pensamento explicando que, dentro de estruturas sociais de opressão, cada ser humano ou grupo possui uma posição social.⁴⁹ Cada indivíduo — dependendo de sua classe social, raça e gênero — possui diferentes graus de privilégio e, como consequência, enfrenta distintos níveis de opressão. Por isso, é necessário considerar essas diversas dimensões identitárias para compreendermos os espaços público e privado. Por isso, concordamos com a perspectiva de Nira Yuval-Davis de que construir análises baseadas no maior número de diferenças é fundamental e evita generalizações de identidades e culturas.⁵⁰

A partir de uma abordagem interseccional, entendemos como as questões de gênero e raça atuam nas duas esferas e compreendemos não apenas a inter-relação existente entre esses espaços, mas também como as condutas opressivas são reforçadas em indivíduos historicamente oprimidos. Isto significa reconhecer que os limites entre público e privado nunca foram os mesmos para mulheres negras e brancas.

Como mencionamos anteriormente, a mulher branca de classe média esteve confinada no espaço doméstico durante muito tempo, já as mulheres negras tinham a necessidade de entrar no mercado de trabalho, da esfera pública para sobreviver.⁵¹ As ideologias que rondam a maternidade de uma mulher

⁴⁹ Patricia Hill Collins, *Op. Cit.*, 1990.

⁵⁰ Nira Yuval-Davis, "Intersectionality and Feminist Politics", 2006.

⁵¹ Patricia Hill Collins, *Op. Cit.*, 1990, p. 176.

branca também diferem das que rodeiam a da mulher negra; isso ocorre porque as mulheres negras possuem um status ainda mais desvalorizado dentro da sociedade. Por isso, as feministas negras começam a questionar os padrões contraditórios associados a todas as mulheres, mas que não eram aplicados às mulheres negras. Por exemplo, as *mulheres* eram consideradas naturalmente frágeis e passivas, mas as negras tinham força para o trabalho braçal; boas mães dedicavam-se exclusivamente aos filhos e aos afazeres domésticos, mas as negras precisavam sair para trabalharem e seus filhos ficavam aos cuidados de outrem.⁵² Assim, Collins levanta vários problemas e diferenças em relação à dicotomia público/privado, ao considerarmos que as vivências das mulheres negras são bem diferentes em comparação com as das mulheres brancas.⁵³

Dentro das discussões desse período, destacamos também a perspectiva da filósofa feminista francesa Françoise Collin, pois a partir do debate proposto em seu artigo “*Espaço doméstico, espaço público, vida privada*”, de 1994, sustentaremos nossa escolha de não considerarmos espaço privado como sinônimo de espaço doméstico.⁵⁴ Partindo de uma leitura feminista da obra de Hannah Arendt, em relação à leitura das cidades gregas, Collin afirma que parece questionável opor a casa à esfera política/pública e lança as seguintes questões: “A oposição dentro/fora ou casa/cidade é correspondente com a oposição privado/público, que rege as relações entre os sexos, estando as mulheres supostamente destinadas, segundo a ideologia tradicional e secular, ao privado e

⁵² *Ibidem.*

⁵³ *Ibidem.*

⁵⁴ Françoise Collin, “Espacio domestico, espacio publico, vida privada”, 1994.

os homens ao público?”.⁵⁵ Os espaços foram historicamente divididos entre os sexos: aos homens a liberdade do espaço de fora e às mulheres as limitações do dentro — ou seja, o que já mencionamos anteriormente, as mulheres ocupando o privado e os homens o público. Para Collin esse pensamento tradicional esquece que o homem tem primazia em ambos os espaços, enquanto a mulher é privada tanto da esfera privada quanto da pública. Por isso, a autora afirma ser importante pararmos de confundir privado com o doméstico e casa.⁵⁶

O público pode estar dentro, no interior de muros, prédios, ou em grandes casas chamadas de instituições públicas. Na vida moderna, o privado se extrapolou o dentro e alcançou o fora. O privado aparece em locais visíveis, nos passeios em família no espaço externo e em encontros amorosos, fora os espaços híbridos como hotéis. A vida privada não está dentro de muros, dentro do espaço da casa. Os espaços público e privado não dependem mais de espaços físicos. Hannah Arendt chama esse espaço em trânsito de social, como mencionamos anteriormente e nesse ponto Collin concorda com Arendt:

O privado já não se localiza dentro da casa, porque já não é equivalente à família, mesmo para as mulheres, e podemos pensar que nunca foi realmente para os homens. Assim, a verdadeira vida privada dos gregos, tanto a vida sexual quanto a amorosa, situava-se *fora* do oikos, da casa, da vida doméstica. [...]

O que acontece com a diferença entre os sexos, nesta evolução dos espaços privado/público, e com a sua relativa absorção pelo social (relativa porque

55 “¿Coincide la oposición dentro/fuera o casa/calle (o lugar público) con la oposición privado/público, que rige las relaciones entre los sexos, estando las mujeres supuestamente destinadas, según la ideología tradicional y secular, a lo privado, y los hombres a lo público?”. *Ibidem*, p. 232, tradução nossa.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 233.

os polos *dentro/fora*, casa/lugar público, porém, permanecem marcados)?⁵⁷

Segundo Collin, pelo fato de o espaço doméstico, o espaço da casa, não colocar as mulheres em uma situação apenas de cuidado de si mesmas, mas ao contrário, em uma posição de disposição aos demais membros da casa, na maioria das vezes não devemos continuar chamando esse espaço de privado.⁵⁸ Tanto o espaço doméstico quanto o público devem satisfazer a possibilidade de uma vivência privada. E, como mencionamos anteriormente, além de compartilharmos a posição da teoria feminista que afirma desde os anos 1960 que *o pessoal é político*, consequentemente acreditamos que o doméstico também é político.

Precisamos ressaltar, também, outro aspecto importante dessa conjuntura na qual as feministas passam a utilizar o slogan *o pessoal é político*. Susan Okin destaca que dentro das mais diversas correntes feministas (radicais, socialistas e liberais) há o reconhecimento da utilidade de um conceito de privacidade, da importância da privacidade na vida de homens e mulheres.⁵⁹ Ou seja, ao dizer que *o pessoal é político* as feministas não refutam que haja coerência em determinadas diferenciações realizadas entre público e privado. Mas, nesse ponto, algumas diferenças surgem entre as feministas. Algumas, chamadas de

⁵⁷ “Lo privado ya no es localizable dentro de la casa, porque ya no es asimilable a la familia, incluso para las mujeres, y podemos pensar que nunca lo fue realmente para los hombres. Así, la verdadera vida privada de los griegos, su vida amorosa y sexual se situaba, *fuera* del oikos, de la casa, de la vida doméstica. [...]”

¿Qué sucede con la diferencia entre sexos, en esta evolución de los espacios privado/público, y con su relativa absorción por lo social (relativa porque los polos *dentro/fuera*, casa/lugar público permanecen sin embargo marcados)?”

Ibidem, p. 233-234, tradução nossa.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Susan Moller Okin, *Op. Cit.*, 2008.

mais radicais, fazem uma leitura de que *peçoal* e *político* seriam inteiramente a mesma coisa. Nós, diferentemente, concordamos com a posição de Okin em se afastar de uma interpretação literal dessa frase e reconhecer a importância de alguns tipos de privacidade, pensando nas próprias reivindicações das mulheres (requisições que vão desde a autonomia da reprodução, e o direito ao aborto até a proteção contra crimes sexuais). Entretanto:

Apenas se um alto grau de igualdade for mantido na esfera doméstica da vida familiar esta estará sendo concebida como uma esfera privada consistente com a privacidade e a segurança socioeconômica de mulheres e crianças.... O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com “o pessoal é político”? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro.⁶⁰

As disparidades existentes na vida pública, na política, no mercado de trabalho, entre homens e mulheres, estão relacionadas com as desigualdades que se estruturam no seio familiar. Susan Okin deixa claro que, durante suas pesquisas, as feministas encontraram o pessoal e o político interligados. Por isso, passaram a criticar uma separação tão clara entre público e privado e a questionar uma definição tão limitada do que seria político.⁶¹ Para entendermos a esfera pública devemos compreender que ela foi estabelecida a partir da dominação masculina e do pressuposto de que o mundo doméstico ficaria sob a responsabilidade das mulheres. É evidente que, se houvesse uma divisão justa na

⁶⁰ *Ibidem*, p. 314.

⁶¹ *Ibidem*.

realização das tarefas domésticas, assim como na criação e reprodução dos filhos, as vivências no mundo não doméstico seriam diferentes do que são.

Susan Okin afirma que mulheres e homens necessitam do ambiente da privacidade para o estabelecimento de relações íntimas, para terem tempo consigo mesmo e para que tenham espaço para se afastarem de seus papéis temporariamente.⁶² Entretanto, é preciso reconhecer que no interior de muitas famílias não há segurança garantida nem para as mulheres e nem para as crianças, o que faz com que ambas precisem ser protegidas da própria unidade familiar. Por isso, para nós, seguindo a perspectiva de Okin, só há valor em defender um espaço para a privacidade quando se leva em consideração as questões de gênero, tendo em vista que, na prática, mesmo na atualidade, muitas mulheres não encontram privacidade no espaço doméstico. Isso ocorre pois: primeiro, há uma desigualdade sexual real nas estruturas sociais, muitas mulheres e crianças sofrem cotidianamente com abuso físico ou sob a ameaça constante desse abuso e, para essas mulheres, “a esfera doméstica não oferece o tipo de privacidade no qual a intimidade pode florescer⁶³”; segundo, no espaço doméstico, em uma situação ideal, cada indivíduo poderia tirar suas máscaras, e ser ele mesmo, mas sabemos que a cobrança para manter a função de mãe, para cuidar da família e realizar atividades domésticas se mantém muito mais sobre as mulheres do que sobre os homens — “‘Muitos homens’ e ‘muitas mulheres’ não têm a mesma probabilidade, nas condições sociais correntes, de encontrar o mesmo grau de privacidade para retirar as máscaras⁶⁴”; terceiro, se pensarmos no

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*, p. 325.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 326.

aspecto que a privacidade possibilitaria aos indivíduos condições para um desenvolvimento criativo, e mental, no caso das mulheres, elas disporiam de menos tempo para tais atividades, pois há uma expectativa social de que elas devam sempre estar à disposição de todos (isso no caso das mulheres de classe média, pois esse fato sofreria uma alteração ainda maior no caso das mulheres pobres e negras).⁶⁵

Para nós, para que as mulheres pudessem desfrutar da privacidade e do espaço não doméstico da mesma maneira que os homens, seriam necessárias muitas modificações nas práticas sociais relacionadas ao gênero, e isso está longe de ocorrer.⁶⁶ De acordo com o relatório da OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — de 2014, as mulheres fazem o serviço doméstico cerca de duas vezes mais que os homens, isto é, 150 minutos a mais de trabalho diariamente.⁶⁷ Na figura 1 abaixo, podemos observar que o tempo gasto em trabalho doméstico não-remunerado varia por gênero e região. O gráfico apresenta, por região do mundo — Oriente médio e África do Norte (MENA), Sul da Ásia (SA), Leste Europeu e Ásia Central (ECA), América Latina e

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Por exemplo, no caso do Brasil, as mulheres constituem 51,5% da população total, são mais escolarizadas (75% com ensino médio completo e 33%, com o superior), ocupam cada vez mais cargos de chefia (cerca de 40%, um aumento de 9% em dez anos). Mas, como trabalhadoras estudadas ainda dedicam 73% mais horas do que os homens às atividades do lar. É o que apontam as estatísticas de gênero do IBGE Dados retirados da reportagem “Por que diabos nós, mulheres, ainda carregamos a casa nas costas?”. Disponível em: https://www.revistabula.com/19165-por-que-diabos-nos-mulheres-ainda-carregamos-a-casa-nas-costas/?fbclid=IwAR24krrJ1-TGKWt7HB6RCml0rlaaMUtIYt6M5s_yn6YoPZIaWlCvVdf9lSw
Acesso em: 24 dez. 2019.

⁶⁷ Informações retiradas do relatório *Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes OECD Development Centre, December 2014*. Disponível em https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

Caribe (LAC), Europe, Leste Asiático e Pacífico (EAP), África Sub-Saariana (SSA), América do Norte (NA)⁶⁸ — , a média de horas por dia gastas em trabalho doméstico não-remunerado por mulheres e homens, e é possível observar que a diferença ainda é enorme.

Assim, acreditamos que haja uma relação entre as duas esferas e que esta será sempre flutuante. Apesar de concordarmos com a preservação de alguns aspectos da privacidade em relação a uma intromissão ou controle que poderia vir por parte de Estado/Instituições religiosas ou culturais/Homens, não acreditamos na existência de uma dicotomia entre o público e o doméstico.⁶⁹ cremos que seja possível ter privacidade não apenas na esfera doméstica, ou seja, para se ter privacidade não é preciso estar necessariamente apenas em casa, pois ela pode ser vivenciada em ambos os espaços, já que sua existência depende muito mais de condições e práticas sociais adequadas, como citamos acima, do que de um local espacial específico, tal como afirma Collin⁷⁰.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Françoise Collin, *Op. Cit.*, 1994.

Figura 1

Relatório OECD 2014, *Unpaid Care Work*.

3. Considerações finais

A discussão teórica que desenvolvemos até agora nos permite observar como os espaços público, privado e doméstico são complexos e se constituíram, em diferentes épocas e sociedades, de formas variadas. Tais flutuações temporais passaram por períodos de divisão clara, mas, na maior parte do tempo, suas fronteiras foram difusas. Ademais, por conta de todas as problematizações e ampliações conceituais realizadas pelas feministas, houve uma politização da vida doméstica e privada. Acreditamos que, na contemporaneidade, esses espaços são vistos muito mais de uma forma complementar/problemática, do

que como dois polos opostos. No entanto, isso não elimina outros aspectos que tiveram consequências históricas quando as delimitações entre essas duas esferas estavam claramente definidas. Apesar de todas as pessoas possuírem capacidade para ocuparem o espaço público, muitas foram impedidas de desfrutar desse ambiente. Isso significa privar-se de sua existência, tendo em vista que a realidade do mundo depende da presença dos outros (pois chamamos de Existência aquilo que aparece a todos), e tudo que não pode ser visto em público desaparece simbolicamente.⁷¹

Muitas discussões feitas na teoria política não consideraram os aspectos de gênero e isso significou omitir, por muito tempo, que o patriarcado e a política estão presentes vivência cotidiana das famílias. Como consequência disso, muitos estudaram esses dois espaços de forma isolada — fato que logo foi considerado um equívoco apontado pelos estudos feministas. Estes passaram a contestar a dicotomia público e privado com a afirmação de que *o pessoal é político* criticando, dessa forma, o sistema de dominação de gênero fortemente presente em ambos os espaços.⁷²

Referências

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, jan./abr. 2012.

⁷¹ Hannah Arendt, *Op. Cit.*, 2007, p. 221.

⁷² Susan Moller Okin, *Op. Cit.*, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2007.

BENHABIB, Seyla. *El Ser y el Otro en la ética contemporánea: feminismo, comunitarismo y postmodernismo*. Barcelona: Gedisa, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COLLIN, Françoise. Espacio domestico, espacio publico, vida privada. *In: Ciudad y Mujer*. Madrid: Seminario Permanente Ciudad y Mujer. 1994. p. 231-237.

COLLINS, Patrícia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FERRANT, Gaëlle; PESANDO, Luca Maria; NOWACKA, Keiko. Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes. *OECD Development Centre, dez. 2014*. Disponível em: https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANISCH, Carol. *O pessoal é político*, 1969. Disponível em:

[https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%Aéptico.pdf](https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%A9tico.pdf). Acesso em: 01 jan. 2019.

HOOKS, Bell. *Talking Back: thinking feminism, thinking black*. Cambridge: South End Press, 1989.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai./ago. 2008.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University, 1988.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. Campinas, novembro de 2001. Disponível em:

<https://www.culturaegennero.com.br/download/praticafeminina.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RAMIREZ, Élide. Por que diabos nós, mulheres, ainda carregamos a casa nas costas? *Revista Bula*, [201-?]. Disponível em:

https://www.revistabula.com/19165-por-que-diabos-nos-mulheres-ainda-carregamos-a-casa-nas-costas/?fbclid=IwAR24krrJ1-TGKWt7HB6RCml0rlaaMUtIYt6M5s_yn6YoPZIaWlCvVdf9lSw.

Acesso em: 24 dez. 2019.

SARDENBERG, Cecília. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inc. Soc.*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./jun. 2018.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1990.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.

Referência para citação deste artigo

REBESCO, Vanessa Lúcia de Assis. Os espaços público, privado e doméstico: algumas contribuições e problematizações dos estudos feministas a partir dos anos 1960. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 2, número 2, p. 531 – 559, novembro de 2020.